



# USP reconhece que terá de alterar bônus no seu vestibular

Universidade persegue meta posta pelo governo de ter 50% dos calouros provenientes de escolas públicas

**Mudança em bonificação racial e para alunos de escolas públicas foi aprovada pelo Conselho Universitário neste mês**

SABINE RIGHETTI  
FÁBIO TAKAHASHI  
DE SÃO PAULO

Sem apresentar estudos que mostrem a base para a mudança em sua política de bônus no vestibular a alunos de escolas públicas, a USP reconhece que outras altera-

ções serão necessárias.

Situação parecida vive a Unicamp, que também alterou recentemente sua política de benefício a estudantes das escolas públicas.

As instituições perseguem a meta posta pelo governo estadual de ter 50% dos calouros provenientes da rede pública, em cada curso. Na USP, a média hoje é de 28%, mas chega a 17% em medicina.

A universidade aprovou no início deste mês bônus de 5% para vestibulandos pretos, pardos e indígenas. Para os demais alunos de escolas pú-

blicas, o benefício subiu de 15% para 20%.

## SEM EXPLICAÇÃO

Proposta pela pró-reitoria de graduação, a mudança foi aprovada pelo Conselho Universitário. Membros do órgão reclamaram que não foram apresentados estudos que mostrassem seu impacto.

Assim, não foi explicado, por exemplo, qual será a mudança no perfil dos ingressantes nem se a medida será suficiente para chegar à meta. “A pauta do dia tinha 200 páginas. Para a parte da inclusão era apenas uma”, disse Leandro Salvatico, representante dos pós-graduandos.

A **Folha** pediu nas três últimas semanas os estudos que deram embasamento à alteração. Sem sucesso.

A universidade informou apenas que há “várias” simulações, mas não as mostrou. Afirmou ainda que a ideia é “ajustar” os bônus nos próximos anos e incentivar que mais alunos de escolas públicas prestem o vestibular.

O próprio reitor, João Grandino Rodas, disse logo após

a votação que uma possibilidade era aumentar os bônus nos cursos mais elitizados, como medicina e engenharia.

## PRESSÃO

A alteração aprovada pela USP foi feita após o governador Geraldo Alckmin (PSDB) pressionar as universidades a se tornarem menos elitistas.

Nas federais, já neste ano, começou a implementação das cotas, tanto para escolas públicas quanto para negros.

Alckmin e os reitores chegaram a apresentar um modelo de metas no final do ano passado, que previa que, até 2016, metade dos calouros sairiam das escolas públicas, sendo 35% deles pretos, pardos ou indígenas.

Pressionadas, mas com autonomia, as universidades buscaram alternativas à proposta. A USP determinou que as metas podem ser atingidas até 2018; a Unicamp, até 2017. Não haverá, porém, caso os objetivos não sejam atingidos.

Além disso, as duas instituições recusaram uma das ações propostas pelo governo: a criação do “college” — um curso intermediário semi-presencial, de dois anos, em que os alunos que terminassem o ensino médio poderiam estudar nas universidades.

“Foi mais uma maneira da USP de burlar a sociedade”, afirma Frei David, presidente da ONG Educafro.

“A USP está acirrando os ânimos da comunidade negra. Não aceitaremos sermos enganados mais uma vez.”

No vestibular deste ano, não houve nenhum negro aprovado no curso de medicina, por exemplo.

## OUTRAS INSTITUIÇÕES

A direção da Unicamp também não apresentou ao Conselho Universitário ou à reportagem os estudos que embasaram o aumento em seus bônus no vestibular.

Das três universidades estaduais paulistas, apenas a Unesp decidiu manter 2016 como prazo para se atingir as metas de inclusão.

Foi a primeira das três instituições a tomar uma decisão, em abril passado.

Mas a instituição não fez alterações na sua seleção e não deixa claro como aumentará a participação de quem estudou em escolas públicas entre os matriculados.